

NOTAS E INFORMAÇÕES

# Mais pressão sobre o Banco Central



**Com arcabouço fiscal e inflação menor, empresários se unem ao governo para demandar queda nos juros**

Com a rejeição dos destaques, a Câmara concluiu a votação do arcabouço fiscal. O projeto segue agora para o Senado, onde a expectativa é aprová-lo antes do recesso parlamentar. Na Câmara, o espaço ex-

tra para gastos foi reduzido de mais de R\$ 80 bilhões para algo entre R\$ 15 bilhões e R\$ 28 bilhões, condicionado ao cumprimento do ambicioso objetivo de zerar o déficit em 2024. Mais rígido do que o governo queria e mais frouxo do que a oposição desejava, o sucesso do arcabouço dependerá fortemente do aumento de receitas.

Bem ou mal, trata-se da primeira vitória do governo Lula no Legislativo, e ainda que ela se deva menos à articulação política do petista e de seus ministros e mais à liderança do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e ao esforço do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é fato que o mercado financeiro reagiu bem à aprovação da proposta.

Mais do que o reconhecimento do compromisso fiscal do governo, da credibilidade das projeções, da perenidade do dispositivo e de sua capacidade para estabilizar a trajetória da dívida pública no médio prazo, o movimento foi um ajuste de posições de investidores diante da diminuição da percepção de risco. Afinal, bem ou mal, o País voltará a ter algum limite para o crescimento das despesas, o que não existia desde a completa desmoralização do teto de gastos.

Assim, as atenções se voltam imediatamente para o Banco Central (BC), alvo preferencial de Lula. O BC já havia afirmado, nas atas das reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), que a apresentação do arcabouço reduziria incertezas, embora não houvesse relação mecânica entre a aprovação da proposta e a

convergência da inflação. A autoridade monetária havia reconhecido, no entanto, que um arcabouço sólido e crível poderia levar a um processo desinflacionário mais benigno, reduzindo as expectativas e, consequentemente, as projeções com as quais o Copom trabalha.

Horas antes da aprovação do arcabouço, no entanto, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, foi instado a levar em conta em suas decisões, além das expectativas do mercado, a percepção das empresas sobre a economia brasileira. Como mostrou o **Estadão**, em um almoço com a cúpula do Congresso, ele ouviu de alguns dos maiores empresários do País críticas sobre o patamar da taxa básica de juros e alertas sobre a situação delicada por que passa o setor produtivo.

Para completar o quadro, no dia seguinte à aprovação do arcabouço, o IPCA-15, prévia do índice oficial de inflação do mês de maio, subiu 0,51%, menos do que o esperado. Ainda assim, Campos Neto manteve o discurso. Disse que ainda é preciso ter certeza de que a inflação vai convergir à meta e mencionou a lentidão do ritmo do processo desinflacionário, um trabalho que requer "paciência e sinergia".

Há dúvidas sobre se o arcabouço será capaz de estabilizar a dívida pública – e o endividamento, afinal, é um fator que contribui para manter os juros em níveis elevados. O que é certo é que a pressão sobre o BC deve aumentar ainda mais. ●

Indicadores Carestia

# Prévia da inflação mostra desaceleração de 0,57% para 0,51% em maio

**Queda acontece mesmo com alta nos preços dos alimentos, remédios e planos de saúde, segundo dados do IBGE**

DANIELA AMORIM RIO

Apesar das altas dos alimentos, dos planos de saúde e dos medicamentos, a prévia da inflação oficial no País desacelerou em maio. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) caiu de 0,57% em abril para 0,51% neste mês, o percentual mais baixo desde outubro de 2022, divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado ficou perto do piso das estimativas dos analistas do mercado financeiro consultados pelo *Projeções Broadcast*, que esperavam uma alta entre 0,48% a 0,72%, com mediana de 0,65%. A taxa do IPCA-15 acumulada em 12 meses desacelerou de 4,16% em abril para 4,07% em maio, completando assim 12 meses seguidos de redução.

Os aumentos no leite longa-vida (6,03%), tomate (18,82%) e plano de saúde (1,20%) responderam juntos por 30% do IPCA-15 de maio. Somando ainda o impacto

dos medicamentos, chega-se a quase metade da inflação do mês.

**REMÉDIOS.** Os gastos das famílias brasileiras com saúde e cuidados pessoais tiveram uma alta de 1,49% em maio. A maior pressão partiu do aumento de 2,68% nos produtos farmacêuticos, após a autorização do reajuste de até 5,60% nos medicamentos, a partir de 31 de março.

**Projeções Resultado ficou perto do piso das estimativas dos analistas do mercado financeiro**

O plano de saúde aumentou 1,20% em maio, ainda incorporando as frações mensais dos reajustes dos planos novos e antigos para o ciclo de 2022 a 2023. Os itens de higiene pessoal subiram 1,38%, influenciados, principalmente, pelos perfumes (2,21%).

Já o grupo alimentação e bebidas teve uma elevação de 0,94% em maio. Os alimentos para consumo em casa ficaram 1,02% mais caros. Além do tomate e do leite longa vida, também houve altas expressivas na batata-inglesa (6,60%) e no queijo (2,42%). Por outro lado, houve redu-

ções no óleo de soja (-4,13%) e nas frutas (-1,52%). Uma nova queda nos preços das carnes (-0,40%) também impediu uma aceleração maior no ritmo de aumento dos gastos das famílias com alimentação em maio. As carnes já acumulam um recuo de 3,47% de janeiro a maio deste ano.

Cairam 17,26% os preços das passagens aéreas, item de maior impacto negativo no IPCA-15 deste mês, -0,12 ponto percentual de contribuição para a inflação de maio. Houve queda ainda nos preços do óleo diesel (-2,76%), gás veicular (-0,44%) e gasolina (-0,21%), embora o etanol tenha aumentado 3,62%.

Os artigos de residência ficaram 0,28% mais baratos. Os itens de TV, som e informática cairam 1,44%, influenciados pela redução de preços dos televisores (-2,21%). Já os eletrodomésticos e equipamentos recuaram 0,92%, puxados pelas quedas do refrigerador (-1,37%) e da máquina de lavar roupa (-1,09%).

**'OTIMISMO.'** "Traz o otimismo de volta", avaliou a economista Andréa Angelo, estrategista de inflação da corretora de valores Warren Rena. "É como se estivéssemos esquecendo o que aconteceu em abril. Parece que voltamos para a rota de decompressão do IPCA de março na parte qualitativa."



**Preço dos combustíveis deve contribuir para nova queda em junho**

A economista do Itaú Unibanco Luciana Rabelo avalia que os recentes cortes nos preços dos combustíveis nas refinarias da Petrobras devem resultar em nova contribuição para baixar a inflação em junho. Luciana projeta que a gasolina, item de maior peso na cesta de consumo das famílias, registre deflação no IPCA

Após a surpresa de baixa, o Banco Cooperativo Sicredi reduziu suas estimativas para o IPCA fechado de maio, de 0,51% para 0,46%. "O processo de desinflação da corretora de valores Warren Rena. "É como se estivéssemos esquecendo o que aconteceu em abril. Parece que voltamos para a rota de decompressão do IPCA de março na parte qualitativa."

**fechado de maio e de junho.**

"Mas, em julho, devemos ter a renoeração integral do PIS/Cofins, então os combustíveis vão voltar a acelerar", disse a economista do Itaú Unibanco, que mantém a estimativa de IPCA a 5,8% ao final do ano. "No acumulado em 12 meses, o índice deve seguir desacelerando até junho, quando a variação deve chegar próximo de 3,7% e então reaccelerar pelo efeito-base (de comparação baixa)", afirmou. ● D.A.

A desaceleração do IPCA-15 de maio mostra uma tendência, opinou a economista do Itaú Unibanco Luciana Rabelo. "O processo de desinflação segue em curso", disse. ● COLABOROU MARIANA GUALTER